

# “ESTADO À PARTE” EM ITAIPU: A AUTONOMIA DAS VILAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS<sup>1</sup>

DENISE KLOECKNER SBARDELOTTO<sup>2</sup>  
SÉRGIO EDUARDO MONTES CASTANHO<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa os elementos encontrados em Itaipu que em conjunto caracterizam o espaço construído pela entidade como um “Estado à parte” ou “governo local de fato”. Diante das ações de Itaipu junto às Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras, diferenciadas de acordo o nível funcional/fração da classe trabalhadora a que eram destinadas, ampla estrutura repressiva e ideológica foram estabelecidas, a fim de obter o controle, hegemonia e consenso. O trabalho foi construído com base no método materialista histórico-dialético, valendo-se de análises bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas, e elenca diversos aspectos que caracterizam Itaipu como um “Estado à parte”: personalidade jurídica inédita, isenção de impostos e insubordinação às normas municipais; controle sobre a moradia e normas civis próprias; serviços de segurança próprios, repressão e colaboração com os regimes militares da América Latina; controle sobre os meios de comunicação; política educacional própria e transmissão de valores morais específicos.

**Palavras-chave:** Itaipu Binacional. “Estado à parte”. Materialismo histórico-dialético.

## *"APART STATE" IN ITAIPU: THE AUTONOMY OF THE BRAZILIAN HOUSING VILLAGES*

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the elements found in Itaipu that together characterize the space built by the entity as an "apart State" or "local government in fact". Given the Itaipu actions with the Housing Villages and Construction Site, differentiated according to the fraction of the working class that was intended, a broad repressive and ideological structure was established in order to gain control, hegemony and consensus. The work was built on the historical and dialectical materialist method, making use of bibliographic analysis, documentary sources and semi-structured interviews and lists several aspects that characterize Itaipu as an "apart State": unprecedented legal personality, tax breaks and insubordination to municipal rules; control of the houses and own civil rules; own security services in the region of Itaipu, repression and collaboration

---

1 Este artigo é resultado da pesquisa de tese de doutorado intitulada “O Projeto Educacional da Itaipu Binacional (1974-1985): uma educação para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2 Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente da UNIOESTE. E-mail: deniseklsb@yahoo.com.br.

3 Doutor em Educação. Docente da UNICAMP.

with military regimes in Latin America; control over the means of communication and information; own educational policy and transmission of moral values.

Keywords: Itaipu Binational. "Apart State". Historical and Dialectical Materialism.

*"ESTADO APARTE" EN ITAIPÚ: LA AUTONOMÍA DE LAS VILLAS DE VIVIENDA EN BRASIL*

*RESUMEN*: En este trabajo se analizan los elementos que se encuentran en Itaipú que en conjunto caracterizan el espacio construido por la entidad como un "estado aparte" o "gobierno local en verdad". Antes de las acciones de Itaipú con las Villas de Viviendas y Zona de Obras, diferenciadas según el nivel funcional /fracción de la clase de trabajo que se pretende, amplia estructura represiva e ideológica se establecieron con el fin de obtener el control, la hegemonía y consenso. El trabajo se basa en el método materialista histórico y dialéctico, haciendo uso de referencias bibliográficas, documentales y análisis de entrevistas semiestructuradas, y enumera varios aspectos que caracterizan a Itaipú como un "estado aparte": personalidad jurídica sin precedentes, exención de impuestos e insubordinación a las normas municipales; control de la vivienda y las normas civiles propios; propios servicios de seguridad, la represión y la colaboración con los regímenes militares en América Latina; el control sobre los medios de comunicación; propia política educativa y la transmisión de los valores morales específicos.

Palabras clave: Itaipú Binacional. "Estado aparte". Materialismo Histórico Dialéctico.

## Itaipu e o “Brasil Potência”: Introdução e Contextualização

Desde a década de 1950, o potencial energético do Salto das Sete Quedas já vinha sendo investigado pelos governos brasileiros. Essa investigação se justificava, sobretudo, pelas consequências da crise energética instalada no país no final dessa década, que provocou problemas para o setor industrial devido ao racionamento de energia. Atreladas às bandeiras ideológicas de progresso e modernidade de um contexto mundial pós-guerras – período chamado de “Era de Ouro” por Hobsbawm (1995) – a partir do golpe civil-militar de 1964 o Estado “Nacional” brasileiro, intensificou a construção e aperfeiçoamento da infraestrutura necessária ao parque industrial e ampliação futura da capacidade geradora de energia do país. Assim, de 1969 até 1973, os governos militares brasileiros divulgaram a política do “milagre econômico”, com baixas taxas de inflação combinadas com crescimento econômico acelerado. Nesse contexto de suposto progresso a custo de elevados empréstimos externos, a indústria no país foi expandida e os governos investiam em infraestruturas diversas, como estradas e hidrelétricas. O Projeto Itaipu estava diretamente ligado a esses fatos.

Acompanhando o I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o governo Geisel (1974-1979) lançou o II PND que, ancorado no “apelo de grandeza”, tinha como meta implementar um programa de substituição de importações de insumos

básicos e bens de capital, fortalecendo a empresa privada nacional. Na intenção de diminuir a dependência do mercado energético externo e aumentar a autonomia nacional em relação às fontes de energia, priorizou estudos sobre petróleo, programas nucleares, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, bem como a construção de hidrelétricas. Assim, o interesse em firmar acordo com o Paraguai e viabilizar a execução do projeto de construção de uma grande Usina Hidrelétrica no rio Paraná, estava atrelado à política dos militares de aumentar a autonomia econômica e industrial do país e ancorado na ideologia do “Brasil-potência”.

Conforme Germano (2005), os governos Médici e Geisel direcionavam seus esforços no crescimento e consolidação do capitalismo industrial no Brasil, canalizando seus investimentos não apenas nas obras grandiosas, mas em “grandes projetos econômicos” que iriam ao encontro do projeto ideológico de “desenvolvimento”<sup>4</sup> capitalista, atrelados aos interesses do capital internacional. Portanto, a aceleração da industrialização no Brasil tendia ao fortalecimento de indústrias nacionais dependentes de tecnologia externa e instalação de multinacionais e associadas.

Nesse contexto foi assinado, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Raul Sapena Pastor, o documento conhecido como “Ata de Iguaçu”, datada de 22/06/1966, com a finalidade de ambos os países se disporem a analisar o potencial energético do rio Paraná, pertencente em condomínio a ambos os países. Para tanto, em 12/02/1967 foi criada a “Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia”, que esteve responsável por elaborar as investigações técnicas e econômicas necessárias ao aproveitamento hidráulico do rio. Como órgãos reguladores do setor, a ELETROBRÁS e a entidade autárquica paraguaia *Administración Nacional de Electricidad – ANDE*, firmaram Convênio de Cooperação com a Comissão Mista para participarem dos estudos desenvolvidos e que foram finalizados em 1973, com a assinatura do “Tratado de Itaipu”. Em 1974, foi criada a Itaipu Binacional, que ficou responsável pela execução da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujas obras tiveram início neste mesmo ano.

---

<sup>4</sup> Entendo “desenvolvimento” na perspectiva de Furtado (2000), para o qual o desenvolvimento econômico e social não ocorre alheio aos aspectos estruturais e ideológicos: “formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação é concebível sem preparação ideológica” (FURTADO, 2000, p. 22). Como discurso ideológico, a ideia de desenvolvimento é utilizada pelos governos como argumento da necessidade de galgar degraus na escala do padrão de vida da sociedade, sem cogitar rompimentos estruturais.

A Itaipu Binacional desapropriou aproximadamente 1.800 Km<sup>2</sup> de terras (1.000 Km<sup>2</sup> brasileiras e 800 Km<sup>2</sup> paraguaias), sendo que 835 Km<sup>2</sup> de terras do Brasil e 625 Km<sup>2</sup> de terras do Paraguai foram inundadas. Isso significou o desaparecimento de alguns distritos, como Alvorada do Iguaçu, distrito de Foz do Iguaçu, e Itacorá, distrito de São Miguel do Iguaçu, e a submersão de parte de outras localidades, como Santa Helena, Guaíra e Porto Mendes, distrito de Marechal Cândido Rondon, com graves consequências ambientais – sobretudo, a submersão do Salto das Sete Quedas. A estimativa é de que aproximadamente 40.000 moradores brasileiros foram expropriados de suas terras, tanto da zona rural como urbana, sem receber por indenização o real valor de mercado (RIBEIRO, 2002).

No período de intensificação das obras, aproximadamente 40.000 trabalhadores foram contratados pela Itaipu Binacional: destes, 20.000 trabalhavam e residiam em território brasileiro e, com suas famílias, somavam aproximadamente 120.000 pessoas (RIBEIRO, 2002). Esses trabalhadores vinham de todos os Estados do Brasil, em busca de trabalho, modificando toda a organização do município de Foz do Iguaçu, sobretudo, nos setores de prestação de serviços e construção civil (CATTÁ, 2003). A população de Foz do Iguaçu, de 33.966 habitantes em 1970, passou para 136.352 em 1980 (IBGE apud Ribeiro, 2002, p. 53). Assim, esse inchaço populacional de Foz do Iguaçu, além de outros fatores, como o aumento do interesse dos turistas pelas belezas naturais, o êxodo rural causado pela mecanização crescente da agricultura, deve-se também à construção da Usina de Itaipu.

Durante a construção da Usina, a Itaipu Binacional levantou três Vilas Habitacionais no Brasil e oito no Paraguai, com 9.500 residências. No Brasil, essas Vilas formavam quase que uma “cidade à parte” de Foz do Iguaçu, diferenciadas pelo nível funcional/fração de classe do trabalhador: a Vila A, destinada aos trabalhadores especializados de nível médio (técnicos das diversas áreas, funcionários administrativos etc.; a Vila B, luxuosa e destinada aos altos e bem remunerados trabalhadores (engenheiros, administradores, advogados, contadores, economistas, executivos, entre outros); e a Vila C, mais afastada do município de Foz do Iguaçu e próxima à Usina, criada para abrigar temporariamente os trabalhadores de baixo nível funcional e suas famílias (carpinteiros, pedreiros, mestres de obra, eletricitistas etc.). Já os trabalhadores solteiros residiam em alojamentos construídos no Canteiro de Obras.

Itaipu adaptou a política educacional brasileira vigente durante os governos civil-militares as suas próprias necessidades. Diante das ações de Itaipu junto às Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras, equipados com sistemas de segurança autônomos, centro de serviços e lazer, controle sobre as moradias, assistência à saúde e educação etc., podemos afirmar que Itaipu funcionou num regime que Lopes

(1988) chamou de “governo local de fato”.

Para cada fração da classe de trabalhadores de Itaipu foram idealizadas estratégias diferenciadas de controle ideológico e obtenção do consenso, com características e públicos distintos, dos “altos escalões” de gerentes e engenheiros, aos mais baixos postos de trabalho operário. O tratamento diferenciado e a gestão e controle dos serviços pela entidade, a configurava como um “Estado à parte”. Com instâncias jurídicas próprias, Itaipu e UNICON não estavam submetidas às normas civis e penais brasileiras e paraguaias, mas atuavam com autonomia em diversos aspectos, tais como: personalidade jurídica inédita, isenção de impostos e insubordinação às normas municipais; controle sobre a moradia e normas civis próprias; serviços de segurança próprios na região de Itaipu, repressão e colaboração com os regimes militares da América Latina; controle sobre os meios de comunicação e informações; política educacional própria e transmissão de valores morais. Esses elementos, encontrados em Itaipu e que, em conjunto, caracterizam o espaço construído pela entidade como um “Estado à parte” ou “governo local de fato”, serão objeto de análise deste artigo.

## Um Estado com o Nome “Itaipu”

Os dicionários brasileiros apresentam definições para o termo “Estado” como “nação considerada como entidade que tem governo e administração particulares” ou “governo político do povo constituído em nação” (MICHAELIS, 2014). Ou ainda, em seu significado em latim: “status”, modo de estar, situação ou condição. Mas, para além do significado etimológico, sabe-se que na ciência política há diferentes definições de “Estado”, de acordo com a corrente filosófica ou perspectiva teórica, tanto no que se refere a um projeto a ser defendido ou construído quanto a uma realidade já existente. Porém, levo em consideração o conceito marxista de “Estado”. Para Marx (1986), a própria “[...] estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados [...] tal como atuam e produzem materialmente [...]” (MARX, 1986, s/p.). O conceito de Estado para o pensamento marxista surge a partir da divisão social do trabalho e da propriedade privada; é a instituição, acima das demais, responsável por manter as condições de exploração de classe.

A retomada dessa discussão por Gramsci leva-o à ampliação do conceito marxista de Estado e estabelece uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, pressupondo a existência de fenômenos superestruturais necessários à estrutura. Assim, Gramsci elevou o conceito de superestrutura desenvolvido por Marx e diferenciou-se deste quando considerou as relações ideológicas e culturais tão importantes quanto as relações de produção. Assim, o Estado tem um caráter formativo: “O

Estado é o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1991, p. 87). Por meio de sua teoria de Estado, Gramsci demonstrou que a ação política de obtenção da hegemonia<sup>5</sup> por uma classe ou um bloco de classes no capitalismo é obtida por meio da força (coerção, dominação) e do consenso (direção política e intelectual). Por meio da “estrutura ideológica”, ou seja, das instituições da sociedade civil às quais a vinculação é voluntária, é que são sustentados os valores e a ideologia hegemônicos. Essas instituições podem ser a igreja, meios de comunicação, sindicatos, partidos, escolas etc., enfim, todas as instituições que possam influenciar a “opinião pública”. Portanto, além da dominação da sociedade política e manutenção do monopólio legal da repressão e coerção, a classe dominante obtém a hegemonia por meio das instituições da sociedade civil. A ação do Estado “Nacional” se corporificou, se tornou presente na região Oeste do Paraná, com as políticas públicas que foram implementadas. A Itaipu era o “braço” desse Estado na região Oeste do Paraná.

Em Itaipu todos eram trabalhadores assalariados, do ocupante do cargo de direção geral da entidade até o mais simples cargo operário. Porém, assim como a classe trabalhadora em geral, em Itaipu os trabalhadores também estavam divididos em frações de classe, separados pelos níveis funcionais ocupados e segregados nos espaços de moradia, educação etc. Gramsci afirma que a burguesia se divide nas facções fundiária, financeira, industrial e comercial. Mas, além delas, há a facção da “tecnoburocracia” (PORTELLI, 1977). Esses eram os dirigentes, engenheiros, diretores, assessores, consultores etc., que foram transferidos para Foz do Iguaçu para compor a “elite pensante” dos trabalhadores em Itaipu. Eles não eram os operários de Itaipu, mas a elite dirigente, que residia na Vila Habitacional B. Logo abaixo estavam os trabalhadores técnicos, que residiam na Vila Habitacional A e, na se-

---

5 Para Gramsci, hegemonia é “[...] o modo pelo qual a burguesia estabelece e mantém sua dominação. [...] uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico” (BOTTOMORE, 1988, p. 177).

quência, os trabalhadores subalternos, os “peões”, que residiam na Vila Habitacional C ou nos alojamentos do Canteiro de Obras.

Em conjunto, as Vilas Habitacionais formaram uma “cidade a parte” de Foz do Iguaçu, gradativamente independente da cidade, conforme relata a professora Patrícia D. M. Monteiro<sup>6</sup>: “A gente costumava dizer que as vilas eram bolhas. Tinham vida própria. Tinham segurança própria, moradia própria, coleta de lixo, tudo ali era uma, era uma realidade que era quase a parte” (MONTEIRO, 2013). O Informativo UNICON afirmava: “[...] nos dias de hoje, os conjuntos habitacionais de Itaipu podem ser considerados *verdadeiras cidades*, com todos os recursos indispensáveis à vida de seus habitantes” (Inf. UNICON, n. 122, 04/10/1982, p. 04, grifos nossos). É o que Mazzarollo (2003) chamou de “republicana autônoma”. E, principalmente, Itaipu construiu instâncias particulares de administração e governo, que atingia, direta ou indiretamente, toda essa população. Vejamos, portanto, em tópicos, os principais elementos que caracterizam Itaipu como um “Estado à parte”:

Personalidade jurídica inédita, isenção de impostos e insubordinação às normas municipais:

Segundo Frontini (apud ITAIPU BINACIONAL, 2004), criada pelo Tratado de Itaipu de 1973, de duração indeterminada, a entidade Itaipu Binacional “[...] é pessoa jurídica de Direito Internacional, da espécie dos organismos internacionais, dotada de inequívoca natureza empresarial” (FRONTINI apud ITAIPU BINACIONAL, 2004, p. 71). Portanto, nascida da vontade de dois Estados soberanos, Itaipu é regida apenas por seu Tratado e anexos, protocolos adicionais, instrumentos derivados do Tratado e por seu Regimento Interno: “Haverá, pois, no ‘território de Itaipu’, tomado este termo em todo o peso de seu significado técnico-jurídico, uma comunidade regida por um Direito próprio, embora reflexo natural do Direito de cada um dos signatários do Tratado” (REALE, 1974 apud ITAIPU BINACIONAL, 2004, p. 55).

Conforme Betiol (2008), o “Tratado de Itaipu” foi inovador em termos de cooperação econômica e política entre Brasil e Paraguai, e especial no que tange às bases jurídicas para aproveitamento energético internacional de um rio contínuo, bem como pela criação de uma entidade internacional para a gestão do produto gerado. Com estrutura jurídica multifacetada e apropriada, fora dos moldes

---

<sup>6</sup> Natural do Rio de Janeiro/RJ e graduada em História. Chega em Foz do Iguaçu em 1989, como esposa de engenheiro de Itaipu. Lecionou no Anglo-Americano entre 1991 e 2006, como professora de História do 1º e 2º Graus.



do direito privado e público nacional dos Estados contratantes, a organização da Itaipu Binacional não está sujeita a nenhum dos regimes jurídicos. Regida prioritariamente pelas regras do Direito Internacional Público, a entidade inaugura uma modalidade jurídica inédita.

Os argumentos que embasam a hipótese do “território Itaipu” constituir-se num Estado independente são: a isenção de impostos, tais como o ICM aplicados às mercadorias que eram entregues à Itaipu Binacional: “Estabelece normas para uniformização dos deveres acessórios relativos à isenção do ICM à Itaipu Binacional” (BRASIL, CONVÊNIO n. 10, de 15/07/1975), bem como por meio do Decreto-lei que concedia “Isenção dos Impostos sobre a Importação e sobre Produtos Industrializados Incidentes nos bens destinados à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu” (BRASIL, DECRETO-LEI n. 1450, de 24/03/1976); a insubmissão da estrondosa /receita da Itaipu Binacional aos órgãos fiscais de controle de ambos os países, obrigada apenas a apresentar o “Relatório Anual, Balanço Geral e Demonstração da Conta de Resultados do Exercício anterior”, à ELETROBRÁS e à ANDE e, estas, aos seus respectivos governos; a imunidade tributária “[...] sobre os lucros de Itaipu, e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica [...]” (BRASIL/PARAGUAI, Tratado de Itaipu, 1973a, Art. XII, item “c”); a insubmissão da entidade à Lei n. 8.666/1993, que regula as licitações em território brasileiro, mas apenas às Normas Gerais de Licitação – NGL, aprovadas pelo Conselho de Administração da entidade; e isenção de apresentar Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA - e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA - pela entidade, tendo em vista o fato de que o empreendimento é anterior à Lei Ambiental n. 6.938/1981. Portanto, os meios de controle das ações de Itaipu são apenas os previstos nos atos internacionais: o controle interno a cargo do Conselho Administrativo da entidade, com participação indireta dos Governos pela escolha de seus integrantes; e o controle externo econômico-financeiro a cargo da ELETROBRÁS e da ANDE.

Schilling e Canese (1991) questionam a legalidade do Contrato n. 290/77, que firmou o consórcio UNICON-CONEMPA, responsável pelas obras civis da barragem. Segundo esses autores, o consórcio, fruto de uma licitação duvidosa, foi sendo renovado e alterado por contratos adicionais sem nenhuma concorrência. A mesma carga de suspeitas pesa em torno de consórcio Itaipu Eletromecânico – CIE, para fabricação dos equipamentos para a usina (turbinas e geradores), cujo custo inicial era nada menos que US\$ 920.000.000 (novecentos e vinte milhões de dólares). Além disso, o próprio contrato de seguro da obra realizado com a “Mundo S. A. de Seguros” foi alvo de suspeita por pertencer ao filho do então ditador paraguaio Alfredo Stroessner. Segundo Canese (1991), as empresas triplicaram o custo da mão de obra: “A maioria dos bens e serviços foram fornecidos a preços unitários superiores



aos vigentes no mercado, pelo mecanismo de adjudicação direta, contrário às leis brasileiras e paraguaias [...]. Contrataram-se obras e serviços desnecessários e sobredimensionados” (CANESE apud SCHILLING; CANESE, 1991, p. 10). A natureza jurídica especial e independente de Itaipu forneceu e ainda fornece margem para atos ilícitos, pois

A absoluta falta de controle oficial, em nível de governos, na Itaipu Binacional, facilitou as truculentas manobras de aumento de preços e sobrefaturamento nos contratos firmados pela entidade, pois, de fato, Itaipu portou-se como um *estado independente dos países-sócios*. Esse foi um dos fatores determinantes que possibilitaram a repartição de suculentos contratos que encareceram em quase dez vezes o custo original da obra (VARGAS; GUERIN apud SCHILLING; CANESE, 1991, p. 9, grifos nossos).

Projetadas pela empresa Serete S. A. Engenharia<sup>7</sup>, a construção da infraestrutura de apoio de Itaipu por empresas privadas era também uma forma de favorecer empreiteiras e diversas empresas de construção civil. Com facilidades garantidas pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, por meio do Decreto n. 74.972, de 26/11/1974, foram desapropriadas as terras pelo governo brasileiro, nas quais seriam construídas as Vilas Habitacionais. Em reunião da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, o Vereador Freire comparava as facilidades com que as Vilas Habitacionais de Itaipu recebiam as autorizações dos fiscais da prefeitura, enquanto a burocracia era imposta ao restante da cidade. Assim

Foz do Iguaçu não possuía infraestrutura para suportar o grande surto de desenvolvimento com o advindo de Itaipu, daí todo esse planejamento para suportar esse desenvolvimento, que para nós isso tudo foi muito lamentável, pois o que vemos é um povo sofrido, um comércio sacrificado, vez que Itaipu construiu uma *cidade ao lado de Foz do Iguaçu, com estrutura própria e independente de Foz do Iguaçu*. Em aparte o Senhor Presidente complementou dizendo que inclusive as casas construídas por Itaipu não obedeceram as normas legais do Município, foram essas casas construídas sem aprovação da Prefeitura e habitadas sem o respectivo habite-se, apesar de haverem sido edificadas, dentro do perímetro urbano (FOZ DO IGUAÇU, Ata da Câmara Municipal, 4ª Sessão, da 1ª Reunião Ordinária, 2º Ano, 8ª Legislatura,

---

7 Conforme Ueda (2008), essa empresa, contratada pela Itaipu Binacional por meio do Contrato n. 071/75, foi a responsável tanto pela construção das vilas residenciais quanto pelos alojamentos, sistema viário, rede de esgotos, drenagem pluvial e demais instalações. Conforme a autora, as seguintes empresas parecem ter sido subcontratadas: Construtora Adolpho Lindenberg; Construtora Guarantã; Escritório de Construções e Engenharia – ECEL S. A.; Serviços Gerais de Engenharia S. A. – SERGEN; Empresa de Serviços Urbanos S. A. – ESUSA; Engenharia, Comércio e Indústria S. A. – ECISA; Santa Bárbara Engenharia S. A.; Irmãos Mauad; Góes Cohabita; E. I. T.; Regional São Paulo; IMACO; NOSA; e Madzatti.

10/03/1978, fl. 2, grifos nossos).

De fato, uma obra da envergadura da Usina de Itaipu demandaria uma infraestrutura civil ampla e complexa não disponível em Foz do Iguaçu e na cidade paraguaia *Ciudad Puerto Presidente Stroessner*, na década de 1970, e que teve de ser montada por Itaipu para atrair os barrageiros qualificados que não residiriam em Foz do Iguaçu. O deslocamento de milhares de trabalhadores e, em muitos casos, de seus dependentes, causou enorme demanda por habitação e serviços. Sobre essa infraestrutura tratarei a seguir.

## Controle sobre a moradia e normas civis próprias

Harvey (1982) afirma que o controle paternalista não se sustenta se o capitalista não tomar o cuidado de criar uma relativa satisfação da força de trabalho, por meio de reformas burguesas que possam melhorar alguns aspectos da vida do trabalhador. O grande contingente de trabalhadores empregados por Itaipu, muitos deles acompanhados de suas famílias e provenientes de diversos lugares do campo e da cidade, passaram a demandar todo o tipo de serviços. Para atraí-los ao trabalho pesado e perigoso, mantê-los produtivos, as usinas e empreiteiras no Brasil costumavam oferecer bons salários, treinamento e infraestrutura de serviços, tais como moradia, escolas, hospitais e lazer, tanto em canteiros de obras quanto nas vilas habitacionais.

Na margem esquerda, esses conjuntos eram denominados Vila A, Vila B e Vila C. A primeira (A) era destinada aos trabalhadores especializados de nível médio: técnicos de diversas áreas, funcionários administrativos etc.; a segunda (B), aos trabalhadores de alto nível funcional, os chamados “tecnoburocratas”: engenheiros, administradores, advogados, contadores, economistas, executivos etc.; e a última (C), mais afastada do centro da cidade de Foz do Iguaçu e próxima à Usina, criada para abrigar temporariamente os trabalhadores de níveis funcionais subalternos: carpinteiros, pedreiros, mestres de obra, eletricitistas etc. Já os trabalhadores solteiros residiam nos barracões/alojamentos situados no Canteiro de Obras (CATTÁ, 2003). Havia ainda os trabalhadores que ficaram sem moradia patrocinada por Itaipu e acabaram residindo em bairros próximos e por sua própria conta.

No Brasil, inicialmente, para comportar parte da necessidade de habitação, foram construídas 9.000 moradias, distribuídas em três Vilas Habitacionais, para aproximadamente 21.000 pessoas, e oito conjuntos menores no Paraguai, para cerca de 15.000 pessoas (THEMAG, 1982). No Brasil, a distância de Foz do Iguaçu imprimiu às Vilas Habitacionais de Itaipu um caráter de “cidade a parte”.

“Tendo chegado a 39.900 pessoas em 1978, a população de Itaipu constituiu uma verdadeira cidade que era preciso prover e administrar” (UEDA, 2008, p. 232).

As três Vilas foram construídas em áreas distantes do centro da cidade de Foz do Iguaçu, revelando a estratégia de isolar os trabalhadores e submetê-los à infraestrutura e normas impostas pela entidade. Tratava-se do “mundo dos barrageiros”, muitas vezes “à parte” das cidades próximas. Assim, utilizando e ampliando a infraestrutura existente em Foz do Iguaçu, a construção das Vilas Habitacionais, adequadas às hierarquias entre os trabalhadores da usina, foi uma das ações de fundamental importância para a concretização do Projeto Itaipu e manutenção do disciplinamento e controle dos trabalhadores. As diferentes Vilas Habitacionais de Itaipu e o Canteiro de Obras foram projetados para delimitar e reforçar a segregação entre os níveis funcionais/frações da classe de Itaipu e das empreiteiras. Conforme Lima (2004): “[...] todos os espaços, como o refeitório e campo de futebol, eram estratégias de organização e controle. [...] durante as 24 horas do dia, Itaipu exercia o controle sobre os trabalhadores da usina, através de estratégias de dominação” (LIMA, 2004, p. 242).

Em cada Vila Habitacional de Itaipu havia uma sede de manutenção subordinada diretamente ao Departamento de Relações Industriais da UNICON, cujas atribuições envolviam a distribuição, administração e conservação das moradias e eram popularmente conhecidas como “Prefeituras de Itaipu”:

Transporte<sup>8</sup>, limpeza pública, comércio, sinalização, manutenção, segurança, distribuição de moradias, enfim, os principais problemas que estão intimamente ligados com o bem-estar de uma cidade [...]. Essa “Prefeitura” [...] estuda, detalhadamente, todos os assuntos de interesse dos moradores das Vilas Residenciais da Itaipu [...] (JORNAL CANAL DE APROXIMAÇÃO, 1989, p. 10).

Lima (2004) observou que a entidade, por meio do controle da UNICON, assumiu o respaldo

---

<sup>8</sup> Itaipu e UNICON forneciam e gerenciavam tanto o transporte dos trabalhadores quanto o transporte escolar de trabalhadores e seus dependentes.

de governo em Foz do Iguaçu e no Oeste do Paraná: um organismo personificado do poder. Para qualquer alteração ou reforma nas moradias havia necessidade de autorização expressa ou ser executada pelo Departamento de Administração dos Conjuntos Habitacionais da Prefeitura de Itaipu, que zelava pela manutenção dos padrões originais da infraestrutura. O controle das moradias era realizado pela UNICON por meio de um Termo de Compromisso assinado pelos trabalhadores, denominado “Instrumento de Permissão de Uso”, no qual estavam especificadas as condições e direitos para utilização do imóvel.<sup>9</sup>

Conforme observava Harvey (1982), o “ambiente construído”, como via de controle e administração coletivos, tornava-se um importante elemento na relação capital e trabalho: “Nas relações sociais capitalistas, o ambiente construído torna-se um artefato do trabalho humano que subsequentemente retorna para dominar a vida diária. O capital procura mobilizá-lo como força coercitiva para ajudar na manutenção da acumulação” (HARVEY, 1982, p. 19).

Lopes e Silva (1979) chamam de “completa dependência do capital” a extrema vigilância sobre os trabalhadores, que não se aplicava apenas ao espaço do trabalho, mas também a outros aspectos da vida cotidiana, sobretudo à moradia, que significava as condições de materialização da reprodução do trabalhador. Essa infraestrutura permitia o controle e domínio ideológico-político sobre a força de trabalho. Esse controle se deu pela gestão das moradias das Vilas Habitacionais. Portanto, em Itaipu, o controle da totalidade da materialização da reprodução do trabalhador ocorria por meio de inúmeras atividades criadas e mantidas pela entidade e empreiteiras, das quais os trabalhadores usufruíam, mas também se tornavam reféns.

Conforme afirmou Harvey (1982): “[...] o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força

---

9 Segundo ofícios trocados durante as décadas de 1970 e 1980, entre a Itaipu, Colégio Anglo-Americano, empreiteiras e Associações de Moradores, disponíveis no Arquivo Central de Itaipu, o Setor de Serviço Social da Itaipu Binacional tinha um papel importante na administração das Vilas. Todo e qualquer tipo de solicitação para uso dos espaços das Vilas devia ter autorização da Sra. Conceição Aparecida Ariano Moi, chefe do setor.

de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias” (HARVEY, 1982, p. 20). O próximo item versará sobre o aparato de segurança, por meio do qual Itaipu e UNICON garantiram o controle sobre a vida do trabalhador em seu ambiente de moradia e trabalho.

## Serviços de Segurança Próprios na Região de Itaipu, Repressão e Colaboração com os Regimes Militares da América Latina

A Itaipu Binacional e UNICON organizaram uma complexa e eficiente estrutura repressiva.<sup>10</sup> A Coordenação de Segurança da Itaipu Binacional, vinculada à Assessoria de Segurança Física da Itaipu Binacional, bem como o Setor de Vigilância da UNICON, atuavam como verdadeira polícia civil nas Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras, constatando, relatando e solucionando casos diversos como: uso de drogas nas Vilas e nas escolas<sup>11</sup>, brigas de casais, ameaças, pessoas suspeitas rondando as vilas, roubos, violência física contra mulheres e crianças, brigas entre vizinhos, problemas com som alto etc. As ocorrências eram relatadas pela Guarda de Itaipu, que ficava nos Centros Comunitários, e conforme o caso, materiais eram apreendidos e depois encaminhados para a Polícia Federal ou Polícia Civil. Eram utilizados pela Coordenação de Segurança da Assessoria de Segurança Física da entidade formulários confidenciais similares aos de Polícia Civil, tais como o “Boletim de Ocorrência”, as “Comunicações” entre Inspectores de Segurança, Coordenadores de Segurança e demais departamentos.

A imprensa regional publicava que as Vilas Habitacionais de Itaipu eram: “[...] completa-

---

<sup>10</sup> A mesma denúncia recaía sobre a influência e poder da Itaipu Binacional sobre os municípios limítrofes ao Reservatório de Itaipu: “O Estado de Itaipu: ‘Eu não posso entrar em Itaipu, mas eles entram aqui a hora que querem’, reclama, irritado, o prefeito Ilmar Priesnitz (PMDB), de Cândido Rondon e presidente da Amop – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Mais do que uma queixa é o retrato de uma situação absurda: a existência de um Estado binacional dentro de outro Estado” (JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, 1º/10/1987, capa).

<sup>11</sup> Diante de qualquer ocorrência dentro do Colégio era acionada a Segurança de Itaipu ou o Serviço Social da UNICON. A Segurança de Itaipu funcionava para o Anglo-Americano como uma espécie de “patrulha escolar”.

mente independentes [...] Existe até mesmo uma Polícia Especial para cuidar do território da Binacional<sup>12</sup>, que na verdade é um país a parte.” (JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 08/06/1982, p. 17). Conforme depoimento de um ex-morador da Vila A: “Então na vila mesmo, cê não podia dar bobeira que tinha alguém da Itaipu circulando por aqui o tempo todo né [...] ah uma briguinha lá eles grampeava e levava pro chilindró da Itaipu [...] não adiantava envolve a, por exemplo, a polícia civil da cidade [...]” (KLOECKNER, 2011). A rígida vigilância e o controle às regras internas coíbiam os atritos entre os barrageiros, reivindicações ou movimentos, sob pena de demissão ou de “pegar dias de cadeia”, com desconto dos dias na folha de pagamento.

No Canteiro de Obras foi instalado um Quartel de Segurança Interna, coordenado pela Guarda Patrimonial de Itaipu, instalado em um prédio moderno de 3.775 m<sup>2</sup>, onde havia celas para receber os barrageiros punidos. A vigilância do cotidiano dos trabalhadores do Canteiro de Obras e das Vilas Habitacionais era uma constante, sobretudo nas situações de maior concentração de trabalhadores, como nas filas dos refeitórios e dos ônibus, nas “chapeiras”, na barreira de controle de entrada na área de Itaipu, nos alojamentos e Centro Comunitário etc. Segundo o Informativo UNICON:

A fiscalização é indispensável e a correção, muitas vezes, uma obrigação. Quando se fizer necessário, aqueles que apresentarem **comportamento inconveniente** em determinados lugares, perturbando colegas, pondo em risco sua própria segurança ou **comprometendo o bom nome da empresa e seu patrimônio**, deverão sentir a **energia e serena presença do vigilante** (Inf. UNICON, 18/10/1979, p. 5, grifos nossos).

Um “comportamento inconveniente” não era apenas brigas ou embriaguez, mas qualquer mobilização, reivindicação que pudesse causar tumulto e comprometer o “bom nome da empresa e seu patrimônio”. Caso ocorressem, o Informativo UNICON alertava que o vigilante agiria com “serenidade e energia”.

O Brasil e outros países da América Latina estavam em plena ditadura civil-militar, no auge

---

12 O Tratado de Itaipu, em seu Anexo A, previa que a Itaipu Binacional, por meio de seus consórcios, tomaria todas as medidas necessárias para a concretização do projeto, inclusive as relativas aos aspectos urbanos e habitacionais, políticos, segurança e controle de acesso às áreas de interesse da entidade: “F) urbanos e habitacionais; G) de polícia e de segurança; H) de controle e de acesso às áreas que se delimitam em conformidade com o artigo XVII” (BRASIL/PARAGUAI, 1973b, Art. XVIII).

de seus sistemas repressivos. Itaipu não apenas controlou as ações de seus trabalhadores, como também colaborou com o regime ditatorial no Brasil e em outros países da América Latina, por meio das Assessorias Especiais de Segurança e Informações – AESI’s de Itaipu – que teria sido criada por volta de 1973 e chefiada pelo general Bruno Garça, diretamente ligada ao Serviço Nacional de Informação (SNI), em conexão com o *Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación* – *ESMAGENFA* – órgão central de informações do governo paraguaio chefiado por Stroessner, conhecido como “a polícia da Capital”: “No caso das AESI’s Itaipu, além de produzir a vigilância aos trabalhadores – possivelmente seu principal foco –, também imprimiu a vigilância aos estrangeiros que viviam na região da Tríplice Fronteira, bem como aos perseguidos por ditaduras vizinhas e organizações da sociedade civil. Tudo e todos eram vigiados” (SILVA, 2010, p. 34).

Silva (2010) refere-se à “AESI’s”, pois não havia apenas uma Assessoria em Itaipu, mas: “[...] ao menos, duas estruturas formais, com subdivisões dentro dos dois países – Brasil e Paraguai. Pelos documentos, comprova-se que ambas tramitaram seus documentos ‘confidenciais’ aos órgãos de repressão do Brasil e do Paraguai” (SILVA, 2010, p. 13), numa intensa troca de informações entre os países. Os trabalhadores de Itaipu e das empreiteiras, que atuavam em sintonia com as AESI’s de Itaipu, eram intensamente controlados para impedir qualquer organização contrária à obra ou aos regimes militares de ambos os países, ou mobilizações que colocassem em evidência as precárias condições de trabalho, os excessos de horas trabalhadas e as dissonâncias funcionais e salariais. A ordem era manter todos os espaços sob controle e os serviços em funcionamento para que nada atrapalhasse os trabalhos na obra.

Conforme Palmar (2005) e Silva (2010), as AESI’s de Itaipu não se resumiam à investigação sobre seus trabalhadores e candidatos às vagas, mas espionou e colaborou com os órgãos de repressão do regime civil-militar do Brasil e da América Latina, participando ativamente da Operação Condor<sup>13</sup>,

---

13 Embora haja antecedências de trocas de informações desde o início da década de 1970, segundo documentação disponível no Arquivo do Terror, a “Operação Condor” foi discutida oficialmente pela primeira vez em 25/11/1975, em Santiago do Chile, em uma reunião de inteligência entre chefes militares da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, organizada por Manuel



ao menos em sua “fase 1”, espionando e emitindo relatórios sistemáticos aos órgãos repressivos, sobretudo, do Brasil e do Paraguai. Esse esquema tinha conexão direta com as empresas privadas de engenharia que compunham os consórcios, as quais financiavam e prestavam informações às AESI’s:

Durante 15 anos a AESI espionou e emitiu relatórios que eram disseminados sistematicamente aos demais órgãos de repressão do regime ditatorial implantados após o golpe militar de 1964. Comandado e operacionalizado por oficiais reformados, todos com serviços prestados nos órgãos de repressão do eixo Rio/São Paulo, o departamento de informações de Itaipu possuía uma radiografia completa de cada funcionário e atuava em conjunto com o Centro de Informações do Exército, especificamente com a 2ª Seção (Serviço Secreto) do 1º Batalhão de Fronteiras, hoje 34º BIMtz, com o serviço de Informações das polícias Federal e Militar, com o Centro de Informações do Exército (CIE), com o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), com o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e com o Serviço Nacional de Informações (SNI). De 1973 a 1988 a AESI foi um reduto de militares e policiais torturadores que pertenciam ao esquema repressivo da ditadura. Alguns desses agentes atuaram dentro de uma estrutura paralela que era mantida pelo consórcio de construtoras Unicon e outras empresas que prestavam serviço à Binacional. Tanto a estrutura formal (AESI) como a clandestina possuíam suas similares no Paraguai, onde funcionava a versão guarani dos *ton-ton macoute*, a temível polícia política do ditador haitiano Jean Claude Duvalier. O aparelho de espionagem e repressão da Itaipu Binacional estava espalhado por diversas cidades do Brasil e suas principais bases operacionais estavam situadas no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Assunção, além de Foz e Ciudad Del Este - na época Ciudad Presidente Stroessner - (PALMAR, 2005, p. 84-85).

As AESI’s de Itaipu também controlavam todas as ações de políticos, famílias, padres, jornalistas e órgãos de imprensa local, educadores, profissionais liberais, manifestações populares etc. de Foz do Iguaçu e região, por meio de informes, relatórios dossiês detalhados que eram trocados entre

---

Contreras, chefe da polícia secreta chilena (DINA) e com amplo apoio da Central Intelligence Agency - CIA norte-americana. A operação consistia em estabelecer intercâmbio de informações entre os Estados, localizar pessoas consideradas subversivas ou terroristas e, caso fosse necessário, aplicar técnicas de tortura, execução e traslado do subversivo entre os países signatários do pacto: “A Operação Condor foi a maior empresa de terror clandestina do século XX na América Latina” (JORNAL DO GTNM, Ano 12, n. 34, jul./2000, p. 6). Uma operação ilegal, Operação Condor, sob o apoio e assistência norte-americana, tinha os objetivos de: “[...] trocar informações sobre militantes e opositoristas exilados ou refugiados das ditaduras do continente; capturar e interrogar (inclusive sob tortura) essas pessoas, a fim de obter mais informações sobre supostos envolvidos na oposição aos governos dos diversos países do Cone Sul; trazê-los de volta aos países de origem e, em fase mais avançada da Operação, previa-se a morte desses militantes” (SILVA, 2010, p. 13-14).

os órgãos de informações da região e do Estado. Por meio da espionagem de muitos agentes em “campanhas” infiltrados, os trabalhos das AESI’s de Itaipu ultrapassaram e muito o controle apenas do espaço da própria entidade, ao menos até 1988, mesmo após o período de abertura democrática (SILVA, 2010).

Como estratégias de repressão, havia vigilância 24 horas sobre o trabalho e vida cotidiana dos trabalhadores e seus dependentes, a fim de garantir a tranquilidade e a ordem. Havia, portanto, rígido controle dos trabalhadores em Itaipu, desde o contrato de trabalho: “[...] havia uma ficha do funcionário na empresa, constando [...] inúmeros aspectos da vida dos operários [...] vinculações com “ideologias de esquerda”, ao que se misturam detalhes das mobilizações por melhores condições de trabalho ou salários” (SILVA, 2010, p. 128). A desumanização do trabalhador em Itaipu era uma consequência previsível da intensa carga de trabalho e dos riscos frequentes a que estavam submetidos: “O rolamento de uma pedra, esmagando as pernas de um companheiro, não toma proporção além do fato natural: ‘a pedra rolou’” (REVISTA MANCHETE, nº 1.326/1976, p. 84)

Contudo, a condição de naturalização ou banalização do risco de acidentes<sup>14</sup> graves e fatais não se tratava de um espírito aventureiro ou ausência de medo, mas sim a importância do emprego para o trabalhador e sua impotência diante das estratégias repressivas da entidade. Como vimos, além do salário, os benefícios da moradia, saúde, escola etc., concedidos pela entidade, tornava o trabalhador refém. O presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná, Wagner D’Angelis, afirmava que “[...] o problema de Itaipu não é o salário, mas a maneira como é conduzido o trabalho dos operários, que foram fixados turnos de 12 horas, alternadamente” (D’ANGELIS apud JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 25/12/78, p. 04). Para garantir o controle do que ocorria em Itaipu, foi organizado amplo aparato ideológico e o controle dos meios de comunicação e informações. Esse será o objeto do próximo item.

---

14 Diante do grande número de acidentes e mortes, Itaipu e empreiteiras começaram a intensificar as campanhas de segurança. Foi criado o Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho, que realizava o Curso de Prevenção de Acidentes do Trabalho, certificando os trabalhadores. Após o ano de 1977, em trabalho conjunto com o referido Departamento, foi criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

## Controle sobre os Meios de Comunicação e Informações

Paralelamente à estrutura repressiva, Itaipu e UNICON organizaram uma estrutura ideológica. Essa estrutura ideológica, que chamo de Projeto Educacional de Itaipu, operava por meio da educação formal e diversas outras formas de “educar” os trabalhadores e seus dependentes pela via não-formal. Parte do aparato da estrutura ideológica utilizada por Itaipu era a Assessoria de Imprensa da UNICON, por meio da circulação do Informativo UNICON, de edição mensal e bilíngue (português e espanhol), tanto nas Vilas Habitacionais quanto no Canteiro de Obras. O informativo se encarregava de manter os trabalhadores e seus dependentes cientes de tudo o que ocorria em Itaipu: andamento técnico da obra e recordes atingidos de lançamentos de concreto; segurança no trabalho; eventos políticos importantes; avisos; histórias dos primeiros trabalhadores; modelo de “operário padrão”; atividades culturais e desportivas disponíveis etc.

A linha editorial estava voltada explicitamente à exaltação da importância de Itaipu para o país e para a região, bem como das inúmeras “vantagens” e “benefícios” dos trabalhadores ao fazerem parte desse “grande projeto”. O informativo buscava “acalmar os ânimos” dos trabalhadores e também se esforçava em exaltar a qualidade e o aspecto ordeiro das Vilas Habitacionais, naturalizando as diferenças de infraestrutura e qualidade de vida existente entre as três Vilas e ocultando os conflitos. Sob o título “Tudo bem nos Conjuntos Habitacionais”, o informativo admitia que os benefícios oferecidos aos trabalhadores tinham o intuito de prepará-los para executarem suas atividades com eficiência e impedirem conflitos que pudessem prejudicar o bom andamento da obra.

Os conjuntos Habitacionais das Margens Direita e Esquerda encontram-se num estágio de *normalidade*. O transcurso do tempo ofereceu oportunidade a que a urbanização das vilas pudesse apresentar todos os serviços que, hoje, proporcionam conforto e bem-estar às comunidades nelas residentes. Além disso, a instalação de uma estrutura de apoio pôde exibir centros comerciais que cobrem todos os recursos indispensáveis ou necessários à subsistência e conforto de suas comunidades: ambulatórios médicos e hospitais com alto padrão de serviços; setores de manutenção que zelam pelos serviços complementares de reformas em defeitos de construção ou desgaste de instalações; posto de assistência social sempre atento ao bem-estar social dos empregados e seus dependentes; posto de correio; plantão de Segurança Física da Itaipu Binacional que executa tarefas de fiscalização e vela pela tranquilidade dos moradores. *Estes benefícios, oferecidos aos moradores dos conjuntos habitacionais, dão-lhes serenidade para executarem seus compromissos profissionais com eficiência.* [...] o atendimento educacional e médico situa-se em padrões especiais, só comparáveis aos das grandes metrópoles, com a ressalva de que tais serviços são inteiramente gratuitos, na área de Itaipu. [...]

Endossando as declarações de Urbietta, Juvenal acentuou que *“tudo caminha dentro de um clima de total regularidade nos conjuntos habitacionais (...) e que as casas das vilas da Margem Esquerda estão todas habitadas, entrando numa fase de inteira normalidade”* (Inf. UNICON, Ano II, n. 27, 07/07/1979, s/p, grifos nossos).

Seguindo as normas de censura dos governos militares, nos anos mais “duros” do regime, nenhuma matéria sobre Itaipu era divulgada nos meios de comunicação sem que houvesse conhecimento e autorização de seus diretores e do setor de Relações Públicas de Itaipu: “Mas a Itaipu possui uma segurança poderosa e que mantém seu trabalho em sigilo. Assim, as poucas informações são obtidas dos trabalhadores que moram fora e que tomam conhecimento do que ocorre dentro dos muros da empresa” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 25/12/78, p. 04).

Em contrapartida, os trabalhadores do Canteiro de Obras eram constantemente submetidos a propagandas ideológicas, na intenção de imbuí-los do espírito cívico-nacionalista e atrelar o gigantismo de Itaipu à ideia de um “Brasil grande” (RIBEIRO, 2006). Essas propagandas objetivavam moldar o trabalhador nas diversas instâncias do espaço do trabalho sob princípios capitalistas de ordem, cooperação e produtividade. As diversas formas de propaganda ideológica veiculavam a noção de que o barrageiro ideal era aquele que ultrapassasse seus limites físicos e psicológicos, sempre tendo em mente o objetivo mais importante que era a construção da grande “Obra do Século”. Esses valores morais eram transmitidos por meio de diversas atividades educacionais, formais e não-formais, que chamei de Projeto Educacional de Itaipu. A seguir, tratarei de alguns desses aspectos.

## Política Educacional Própria e Transmissão de Valores Morais

Com total controle do “espaço de viver” (HARVEY, 1982), amparado pela infraestrutura das Vilas Habitacionais e do Canteiro de Obras, Itaipu e UNICON ofertaram educação formal e não-formal aos trabalhadores e seus dependentes, de acordo com o nível funcional/fração de classe, como uma das formas de obter o consenso, perpetuar as diferenças socioeconômicas entre as frações de classe e legitimar o Projeto Itaipu. A ética de trabalho e os valores burgueses foram disseminados em Itaipu por uma complexa estrutura ideológica, formal e não-formal, centralizada pela administração da UNICON, tanto em ações por ela mesma conduzida (centros comunitários, atividades desportivas etc.), quanto por ações que foram “terceirizadas” (hospital, escolas etc.).

Por meio da ampla programação de atividades desenvolvidas pelo Setor de Serviço Social de Itaipu, pelos Centros Comunitários das Vilas Habitacionais A, C e do Canteiro de Obras, foi ofertada

educação não-formal para todos os públicos, como eficientes mecanismos de ocupação do tempo e doutrinação de crianças, jovens, homens e mulheres. Constantes atividades esportivas, de lazer, cultura e assistência social minimizavam as tensões e os problemas sociais, controlando trabalhadores e dependentes em seu tempo livre, vigiando e concentrando-os em atividades produtivas e ordeiras e difundindo ideologias e valores morais (racionalidade, cooperação, produtividade, competição, respeito à hierarquia, meritocracia, civismo etc.). As atividades constantes de lazer, esporte, cultura e assistência social eram eficientes mecanismos educativos, para “minimizar as tensões e os problemas sociais” “decorrentes da vida familiar, do trabalho e do meio ambiente” (JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 14/11/1982, p. 14).

Além da educação não-formal, foi viabilizada completa infraestrutura de educação formal sob a égide de Itaipu, por meio de escolas regulares e profissionalizantes controladas pela entidade e ofertada também de acordo com a fração da classe trabalhadora a que a educação era destinada: o grupo privado Anglo-Americano Escolas Integradas Ltda., situado no Rio de Janeiro e mantenedor do Colégio Anglo-Americano, instalado nas Vilas Habitacionais A e C; o Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que foi transferido para a Vila A em terreno e prédio cedido por Itaipu, com a condição de atender às necessidades da obra; a escola de Alfabetização Funcional – MOBRAF e Educação Integrada instalada no Canteiro de Obras e chamada de “Escola do Canteiro”, que exerceu o papel de ocupar o tempo ocioso dos trabalhadores que residiam nos alojamentos e discipliná-los ao rigor do trabalho; e o Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON no Canteiro de Obras, criado exclusivamente para treinar os trabalhadores de Itaipu para as funções demandadas pela obra.

O Anglo-Americano ofertava todos os níveis do ensino, porém, não a mesma educação. Portanto, a oferta de educação formal regular em Itaipu foi marcada pela dualidade. A Unidade I da Vila A era uma “máquina”, uma escola que priorizava a “formação” de qualidade para que o aluno fosse capaz de ser aprovado no vestibular. Já a Unidade II da Vila C tinha mais um caráter de “cuidado” e assistência ao aluno e suas famílias. Já a formação técnica-profissionalizante para trabalhadores e seus dependentes teve prioridade de investimentos do Projeto Educacional de Itaipu. O Anglo-Americano pagava seus trabalhadores, professores e funcionários, com um montante financeiro repassado pela UNICON, em valores computados por aluno. Por meio da Coordenação de Assuntos de Educação, a Itaipu Binacional exercia um rígido controle sobre as atividades do Anglo-Americano, atuando como um órgão gestor e fiscalizador, a fim de garantir as obrigações previstas em contrato:

5.1.1. Não abrir, vagas à comunidade de Foz do Iguaçu ou Região sem prévia e escrita aprovação da UNICON e/ou da Itaipu. 5.1.2. A selecionar, contratar, remunerar e efetuar todos os recolhimentos fiscais e previdências do seu pessoal docente e administrativo. 5.1.3. *A aceitar todos os alunos indicados pela UNICON ou pela Itaipu* acompanhando o cronograma de agregação de novos empregados da UNICON. 5.1.4. A manter equipe docente de *elevado padrão técnico* em Foz do Iguaçu, de forma a garantir a *qualidade do ensino* ministrado, permitindo, neste assunto, a *fiscalização e controle da UNICON* (UNICON/ANGLO-AMERICANO, Contrato n. 177, de 06/02/1976, p. 5, Cláusula 6ª, item 5.1).

O Setor de Educação de Itaipu “não deixava passar nada”. Todos os aspectos eram verificados e acompanhados, desde a contratação dos professores até o cumprimento dos conteúdos e erros ortográficos dos diários de classe. Tratava-se de uma vigilância ou “auditoria” constante sobre as ações administrativas e pedagógicas da instituição, que poderia ser comparada à função dos órgãos executivos com atribuições fiscalizadoras. Itaipu, como “um estado à parte”, criou seu Projeto Educacional e o fiscalizou permanentemente. Itaipu Binacional e UNICON “ditavam as regras”, supervisionavam constantemente os trabalhos pedagógicos do Colégio, decidiam pela matrícula ou não de alunos reprovados, os que deveriam cursar o supletivo, aguardar o próximo ano etc.

Por meio do Projeto Especial – Foz do Iguaçu, encomendado pelo Ministério do Trabalho e em convênio com o Programa Especial do Oeste do Paraná – PRODOPAR e Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, a Unidade do SENAI de Foz do Iguaçu foi incumbida de formar profissionais na qualidade e quantidade exigidas por Itaipu, que necessitava de grande número de trabalhadores qualificados em diversas funções técnicas. O objetivo do “Projeto Especial – Foz do Iguaçu” era bem claro: “Treinamento profissional intensivo de trabalhadores do setor secundário da economia, para ITAIPU.” (SENAI, 09/1979, p. 01).

A partir do “Projeto Especial – Foz do Iguaçu”, o principal objetivo do SENAI Foz do Iguaçu era de atender às demandas da obra por capacitação profissional. Assim, as ações do SENAI em Foz do Iguaçu ganharam envergadura e foram incorporadas ao Projeto Educacional de Itaipu: “Mas aí as ações cresceram e ficaram tão intensas que a gente precisava, para atender as demandas da Itaipu, de um espaço físico adequado. Então a Itaipu cedeu aquele prédio que está hoje. O pensamento estratégico dos gestores da Itaipu era de criar um *núcleo de formação e educação* ali naquele lugar... naqueles arredores ali” (LOPES, 2013). Assim, Itaipu cedeu em regime de “comodato” um terreno na Vila A, para construção da Unidade do SENAI em Foz do Iguaçu. Porém, a contrapartida seria o atendimento integral das necessidades da obra por formação profissional.

Esse trabalho de formação era realizado na sede do SENAI, mas com mais frequência no Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON no Canteiro de Obras de Itaipu, criado em 1978 e vinculado ao Setor de Treinamento e Desenvolvimento (TD) da UNICON. Sua criação foi impulsionada pela necessidade de aumentar a qualificação de trabalhadores especializados, diminuir a rotatividade e adequá-los às necessidades da Usina:

O Centro de Treinamento [...] apresentou significativos resultados no período transcorrido entre fevereiro de setenta e oito a janeiro de setenta e nove, ao realizar 847 cursos de permitiram o treinamento de 11.053 funcionários, num total de 31.403 horas de aulas, perfazendo um total de 420.823 horas/homens treinados (Inf. UNICON, Ano II, n. 24, 26/03/1979, p. 4).

Contando com infraestrutura moderna e com professores altamente qualificados, o Centro de Treinamento e Desenvolvimento da UNICON desenvolvia diversos cursos de qualificação, aperfeiçoamento e especialização, todos com formação teórica e prática e em serviço. O total controle da entidade sobre sua política educacional própria fazia com que tivesse liberdade para alterar os compromissos dessas instituições conforme as obras da Usina iam sendo concluídas.

## Resistências dos Trabalhadores de Itaipu: “Espírito de Oposição”

Mesmo diante da extrema repressão vivida pelos trabalhadores e dos poucos espaços para mobilizações, havia em Itaipu espaços e movimentos de contradição. Pode-se dizer que a contradição mais marcante em Itaipu tenha sido a experiência do Movimento Justiça e Terra (MJT) e posterior Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), formados pelos trabalhadores rurais que tiveram suas terras expropriadas por Itaipu para formação do reservatório da usina. Com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), estes movimentos foram a base constituinte da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mas no que se refere ao “Estado à parte” de Itaipu e sua relação com seus barrageiros, também houve movimentos de contradição e resistência destes às explorações e vigilâncias da entidade e seus consórcios. Assim como analisava Engels (1975) sobre a opressão vivida pelos operários ingleses: “Tudo o que os trabalhadores sabiam era que a sua razão de existir era serem sugados até a medula. Mas pouco a pouco manifestou, mesmo entre eles, um espírito de oposição à opressão escandalosa dos ‘reis do carvão’ [...]” (ENGELS, 1975, p. 312). Da mesma maneira, o trabalho árduo e a repressão



vivida pelos trabalhadores de Itaipu também deram origem a um “espírito de oposição”. O espaço de extrema repressão e vigilância, amparados pelas duras estratégias dos governos militares em coibir qualquer manifestação de descontentamento com as políticas repressivas do regime, os trabalhadores de Itaipu ousaram em alguns poucos momentos reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

Longe do que Gramsci chamou de “guerra de movimento” (luta armada), algumas ações de contestação e resistência dos trabalhadores de Itaipu em prol de melhorias nas condições de vida e trabalho em Itaipu representavam “guerras de posições” contra-hegemônicas. Uma primeira mobilização registrada foi a greve de fome no Canteiro de Obras no final de outubro de 1975, pelos trabalhadores vinculados às empreiteiras do consórcio UNICON, juntamente com os trabalhadores da Companhia Brasileira de Obras Públicas (CBPO). Com duração de três dias em reivindicação pela melhoria da qualidade da comida servida nos refeitórios, da qualidade dos alojamentos e em protesto a uma notícia de que o pagamento sofreria atraso. No terceiro dia da greve de fome, os trinta e cinco trabalhadores envolvidos no protesto foram duramente reprimidos com a demissão e enviados aos seus locais de origem: “A ‘operação abafa’ foi bem sucedida, a greve virou tabu dentro da Obra” (PALMAR, 2005).

Já com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Foz do Iguaçu (fundado 20/06/1986), uma segunda mobilização dos trabalhadores ocorreu em janeiro de 1987, à véspera da visita dos presidentes José Sarney e Alfredo Stroessner à Itaipu, na ocasião da inauguração do funcionamento das turbinas 14 e 15 da Usina Hidrelétrica. Os trabalhadores reivindicavam o pagamento do adicional sobre a periculosidade de 30%, o mesmo que já vinha sendo pago aos engenheiros de Itaipu. Tratava-se de um momento estratégico de crise energética do país, com previsões de reduções de energia para as regiões mais necessitadas, como o Sul e Sudeste.

Sabendo da urgência em cumprir os cronogramas, aproximadamente oito mil grevistas trabalhadores das empreiteiras UNICON e ITAMON armaram acampamento no trevo anterior à barreira de Itaipu, barrando a única entrada para a Vila Habitacional C, e ali permaneceram até terem suas reivindicações atendidas. Porém, no dia da chegada do presidente brasileiro os trabalhadores foram violentamente reprimidos pelo poder militar local: “Os trabalhadores em greve estavam dispostos a deixar a comitiva passar, mas fariam uma recepção bem tumultuada. [...] As pessoas foram retiradas pelo Exército e pela PM, que utilizavam tanques de guerra tipo Cascavel, para afugentar os grevistas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 17/01/1986, p. 9).

Com maiores repercussões, ainda em setembro de 1987, houve uma segunda paralisação

dos trabalhadores que chegou à duração de um mês. Sob muita tensão entre as empreiteiras, a Itaipu e o Sindicato no processo de negociação, pressão da empresa para que retornassem ao trabalho, por meio de ameaças e intimidações, os trabalhadores, acompanhados de mulheres e filhos, mantiveram-se acampados no gramado entre a entrada da Vila Habitacional C e a barreira de acesso à Itaipu, impedindo a entrada de qualquer trabalhador por meio de piquetes de caminhões, ônibus, carros e “papa-filas”. Porém, o movimento foi diretamente vigiado e controlado por tropas militares de unidades de Cascavel/PR, São Miguel do Oeste/SC e Foz do Iguaçu/PR, equipada com carros e tanques, e armada com metralhadoras e outros tipos de armas.

Esse esquema de segurança tinha a intenção de proteger as dependências da Usina de uma possível ocupação, a exemplo do que havia ocorrido com as greves operárias dos siderúrgicos 361 de Contagem e dos metalúrgicos de Osasco nos anos finais da década de 1960, com a ocupação das fábricas (FAUSTO, 1995). As reivindicações dos trabalhadores giravam em torno, sobretudo, da defasagem salarial, inflamadas pelas exorbitantes diferenças salariais entre os trabalhadores de Itaipu e das empreiteiras, pautada pela rígida hierarquia e diferenças de nível funcional/fração de classe. As greves em Itaipu tinham sempre a adesão da maioria dos trabalhadores de baixos níveis funcionais/fração de classe e submetidos às maiores explorações.

## Considerações Finais

A infraestrutura das vilas operárias e canteiros de obras não tem apenas a função de agrupar os trabalhadores em locais próximos, mas estabelecer modos de vida adequados à produção e controle repressivo e ideológico sobre a força de trabalho, por meio da coerção quanto do consenso. Além do aparato repressor das Vilas e instituições, obtido por meio do sistema de guarda e policiamento, havia complexa “estrutura repressiva”, que atuou eficientemente no controle e coerção. Mas havia também uma “estrutura ideológica”, por meio das diversas instituições criadas por Itaipu para obtenção de hegemonia pelo consenso. As características dessas estruturas em Itaipu eram as mesmas de um “Estado”, o que permitiria afirmar que Itaipu era, legalmente e de fato, um “Estado à parte”.

Com autonomia e total controle sobre todas as instâncias da vida de seus trabalhadores e dependentes, Itaipu legislava e controlava os espaços e políticas as suas necessidades. Nas Vilas Habitacionais de Itaipu e Canteiro de Obras foi viabilizado um complexo sistema de prestação de serviços, que tinha por objetivo manter o controle físico, econômico, político e ideológico dos trabalhadores em todos os setores, reproduzindo a hierarquia social e econômica da Itaipu Binacional e a segregação

entre as diferenças entre frações da classe trabalhadora. Porém, apesar da complexa “estrutura repressiva e ideológica”, os trabalhadores de Itaipu se mobilizaram em alguns momentos, apresentando resistência e denunciando a intensa exploração a que eram submetidos.

## Referências

- ALENCAR, F. de. Itaipu e o Centro Universitário. **Jornal O Estado do Paraná**. Curitiba, PR, p. 17, 08 jun. 1982.
- \_\_\_\_\_. Itaipu: o homem em 1º lugar. **Jornal O Estado do Paraná**. Curitiba, PR, p. 13, 14 nov. 1982.
- BETIOL, L. F. **Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata**. 2.ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1988.
- BRASIL/PARAGUAI. Decreto Legislativo n.º 23, de 26 de abril de 1973. Tratado de Itaipu. **Diário Oficial da União** de 30 ago. 1973, Brasília, DF, 1973a.
- \_\_\_\_\_. Decreto Legislativo n.º 23, de 26 de abril de 1973. Anexo A ao Tratado de Itaipu: Estatuto da Entidade Binacional Denominada Itaipu. **Diário Oficial da União** de 30 ago. 1973, Brasília, DF, 1973b.
- BRASIL. Convênio n.º 10, de 15 de julho de 1975. **Diário Oficial da União** de 23 jul. 1975, Brasília, DF, 1975.
- \_\_\_\_\_. Decreto Legislativo n.º 1450, de 24 de março de 1976. **Diário Oficial da União** de 25 mar. 1976, Seção 1, p. 3.943. Brasília, DF, 1976.
- CANAL DE APROXIMAÇÃO. Administrando as Vilas. Ano III, n.º 28. Foz do Iguaçu, PR, p. 10, out. 1989.
- CATTA, L. E. P. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel, PR: EDUNIO-ESTE, 2003.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. A ingerência de Itaipu irrita os prefeitos do Oeste. **Jornal Correio de Notícias**. Ano VII, n.º 1902. Curitiba, PR, p. 1, 1º out. 1987.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: Analia C. Torres. Porto, PT: Afrontamento, 1975.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Ano 57, n.º 6.18.163, **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, SP, 25 dez. 1978.
- FOZ DO IGUAÇU. Ata da 4ª Sessão da **Câmara Municipal de Foz do Iguaçu**, de 10 de março de 1978, 1ª Reunião Ordinária, 2º Ano, 8ª Legislatura, Foz do Iguaçu, PR, 1978.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27ª Edição. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2000.

- GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 4ª Edição. São Paulo, SP: Cortez, 2005.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8.ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.
- HOBBSBAWN, E. J. **A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- ITAIPU Binacional - ME. **Itaipu: 30 anos de energia**. Assessoria de Comunicação Social. Foz do Iguaçu, PR: Coordenação Gráfica; JL Position, 2004.
- JORNAL CANAL DE APROXIMAÇÃO, Ano III, n. 28, 10/1989, p. 10.
- KLOECKNER, M. [ago. 2011]. Entrevistadora: Denise Kloeckner Sbardelotto. Tangará da Serra, MT, 2011. Áudio digital (00:54:03).
- LOPES, J. S. L. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo, SP: Marco Zero/UnB/MCT/CNPQ, 1988.
- LOPES, J. S. L.; SILVA, L. A. M. da. **Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos**. In: LOPES, J. S. L. et al. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979, p. 9-40.
- LOPES, J. B. [ago. 2013]. Entrevistadora: Denise Kloeckner Sbardelotto. Foz do Iguaçu, PR, 2013. Áudio digital (1:58:09).
- LIMA, I. T. C. de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Marechal Cândido Rondon, PR: 2006.
- MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. São Paulo, SP: Loyola, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo, SP: Hucitec, 1986.
- MAURÍCIO, V. S. [set. 2011]. Entrevistadora: Denise Kloeckner Sbardelotto. Foz do Iguaçu, PR, 2011. Áudio digital (1:43:11).
- MICHAELIS, Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 19 dez. 2014, 14:15:15.
- MONTEIRO, P. D'Á. M. [ago. 2013]. Entrevistadora: Denise Kloeckner Sbardelotto. Foz do Iguaçu, PR, 2013. Áudio digital (1:28:13).
- PALMAR, A. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 2005. \_\_\_\_\_ . Disponível em: [www.documentosrevelados.com.br](http://www.documentosrevelados.com.br). Acesso em: 04 nov. 2016.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.
- REALE, M. **Natureza Jurídica de Itaipu**. In: ITAIPU BINACIONAL. **Natureza jurídica da Itaipu**. Curitiba, PR: Diretoria Jurídica de Itaipu Binacional, 2004.

RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do concreto**: vozes na construção da Itaipu. Coleção Thésis. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Itaipu, a dança das águas**: histórias e memórias de 1964 a 1984. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

SCHILLING, P. R., CANESE, R. **Itaipu**: geopolítica e corrupção. São Paulo, SP: CEDI, 1991.

SENAI. **Avaliação da Execução – Projeto Itaipu**. Foz do Iguaçu: SENAI, p. 1-9, set. 1979.

SILVA, J. da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). São Paulo, SP: PUC, 2010.

THEMAG, Engenharia e Gerenciamento Ltda. **Relatório**. Foz do Iguaçu, PR: THEMAG, p. 1-11, 1982.

UEDA, M. de L. Y. **Cidade e hidroelétrica: Itaipu, a barragem e as vilas residenciais**. São Paulo, SP: USP, 2008.

UNICON/ANGLO-AMERICANO, **Contrato n.º 177**, de 06 de fevereiro de 1976. Foz do Iguaçu, PR, p. 1-7, 1976.

UNICON. Tudo bem nos Conjuntos Habitacionais. **Informativo da UNICON**. Ano II, n.º 27, p. 6, Foz do Iguaçu, PR, 07 jul. 1979.

\_\_\_\_\_. RI-RH: O departamento de Recursos Humanos. **Informativo da UNICON**. Ano II, n.º 24, p. 4, Foz do Iguaçu, PR, 26 mar. 1979.

\_\_\_\_\_. Vigilância da UNICON, por Respeito ao Trabalhador. **Informativo da UNICON**. Ano II, n.º 35, p. 5, Foz do Iguaçu, PR, 18 out. 1979.

\_\_\_\_\_. Da terra roxa ao conforto de hoje. **Informativo da UNICON**. Ano V, n.º 122, Foz do Iguaçu, PR. 04 out. 1986.

Recebido em 04/11/2016.

Aceito em 04/02/2017.